

Um alívio para a classe média?

É o que dizem técnicos da Seplan: um dos efeitos das medidas deverá ser um aumento no poder de compra da classe média.

O objetivo principal das medidas adotadas ontem pelo governo foi resolver definitivamente a questão salarial, o único obstáculo até então não superado para as negociações com o Fundo Monetário Internacional. A informação é dos próprios técnicos do governo que participaram da elaboração das novas medidas, para os quais a decisão sobre política salarial poderá reativar setores industriais geradores de emprego e melhorar o poder aquisitivo da classe média.

Já a decisão de limitar os reajustes dos aluguéis e das prestações do BNH a 80% do INPC representa uma compensação pela nova queda real dos ganhos de pelo menos 95% dos assalariados do País.

Por sua vez, o tabelamento dos juros bancários, uma decisão praticamente imposta pelo presidente da República, atendeu ao imperativo do general Figueiredo de fazer com que os sacrifícios do processo de ajustamento da economia sejam repartidos proporcionalmente com os diversos setores, inclusive com o mercado financeiro, apontado como o grande beneficiário da crise.

Essas opiniões, expressas pelos técnicos do governo, indicam que, com elas, o governo ganhou um espaço de pelo menos dois anos e meio para trabalhar, e tentar promover o ajustamento da economia, de acordo com a receita do Fundo. Eles chamam a atenção para o fato de que a vigência das medidas coincide com o período de execução do acordo.

Do ponto de vista econômico, a decisão sobre política salarial poderá provocar uma reativação de setores industriais criadores de emprego, como a indústria de bens

de consumo duráveis, pois a eliminação do sistema de faixas salariais, no processo de reajuste, e a fixação de uma só referência — 80% do INPC — para todos os salários beneficiarão os detentores de vencimentos mais elevados, aqueles que ganham acima de 15 mínimos.

Trata-se, na opinião de um técnico governamental, de uma tentativa de restabelecer, pelo menos parcialmente, o poder de compra da classe média, sem criar obstáculos ao desenvolvimento das empresas, pois estas, comprovando uma situação financeira difícil poderão negociar com seus empregados um reajuste salarial abaixo do limite fixado pelo Decreto-Lei 2.045.

Ao mesmo tempo, um reajuste substancialmente menor nas prestações da casa própria — o diferencial é de cerca de 50 pontos percentuais — permitirá aos cinco milhões de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação disporem de um volume maior de recursos, o que poderá também contribuir para aumentar a demanda de bens, ou o nível de poupança interna.

Do ponto de vista dos índices de preços, demonstram os técnicos que houve um novo desatrelamento das correções e do sistema de indexação. Com as medidas de ontem, são três as correções de preços da economia: o INPC, corrigindo os salários, aluguéis e prestações da casa própria; a correção monetária, corrigindo os ativos financeiros a ela vinculados, inclusive cadernetas de poupança, ORTN e títulos de renda fixa em geral; e a correção cambial, corrigindo o câmbio e as ORTN com cláusula de correção cambial.